



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

MILENA DONANA SILVA

FUNÇÃO DONA DE CASA: uma análise da literatura sobre o trabalho não remunerado das mulheres.

Icó-CE

2022

MILENA DONANA SILVA

FUNÇÃO DONA DE CASA: uma análise da literatura sobre o trabalho não remunerado das mulheres.

Monografia submetida à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Ma. Maria Aparecida Trindade Pereira.

Icó-CE

2022

MILENA DONANA SILVA

FUNÇÃO DONA DE CASA: uma análise da literatura sobre o trabalho não remunerado das mulheres.

Monografia aprovada em 28/06/2022, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Maria Aparecida Trindade Pereira
Orientadora

Prof.^o Maxwell Fontes Teixeira
Avaliador

Prof.^a Najara Oliveira
Avaliadora

Icó-CE
2022

*Dedico este trabalho ao meu pai (in memória),
que até diante da falta se fez presente de
alguma forma, e a minha mãe por todo suporte
e confiança.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão desta monografia e a minha graduação principalmente aos meus pais, em memória do meu pai João que antes de falecer me deu todo apoio possível para estudar e realizar os meus sonhos profissionais independentemente de quais fossem, e a minha mãe Maria, que mesmo com todas as dificuldades, me deu todo o suporte necessário para concluir a minha formação.

Ao meu irmão Rafael, que sempre demonstrou interesse na minha vida acadêmica, mesmo não entendendo quase nada devido a sua pouca idade.

Ao meu namorado Alisson, que esteve intimamente presente nos meus piores momentos durante este percurso.

E a cada um dos meus amigos, que a seus modos fizeram tudo o que podiam para me apoiar e incentivar a continuar esta árdua caminhada.

“Aos ignorantes, ensinem o máximo de coisas que puderem; a sociedade é culpada por não ministrar a instrução gratuita; ela é responsável pelas trevas que produz. Uma alma cheia de sombras, é onde o pecado acontece. A culpa não é de quem pecou, mas de quem fez a sombra.” (Victor Hugo, 1862, p.53)

RESUMO

Introdução: Ainda que as mulheres tenham conseguido ingressar no mercado de trabalho formal e remunerado, não equilibra as responsabilidades atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça ainda mais as desvantagens femininas, nas quais não há uma possível substituição de atividades, mas uma sobrecarga de outras atribuições a serem cumpridas, a fim de buscar independência financeira. Desta forma, podemos questionar: como poderia haver equidade de direitos e igualdade financeira entre os gêneros, se há uma evidente discrepância na forma de uso do tempo para homens e mulheres? **Objetivo:** Analisar a produção científica brasileira acerca do trabalho não remunerado das mulheres, considerando as relações de gênero e fatores associados. **Metodologia:** O presente estudo refere-se a uma revisão de literatura, de base qualitativa, no qual foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática. A busca do material foi realizada por artigos disponíveis nas seguintes bases de dados: SciELO e BVS-Psi Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil). **Considerações finais:** O estudo evidenciou os contrapontos de gênero presentes no trabalho remunerado e não remunerado, onde há uma maior participação feminina nos trabalhos reprodutivos, associados em sua maioria a participação concomitante nos trabalhos produtivos, ratificando a sobrecarga das mulheres e as consequências negativas para as mesmas em seu cotidiano.

Palavras-chave: Trabalho Produtivo e Reprodutivo. Trabalho Doméstico. Divisão Sexual de Trabalho.

ABSTRACT

Introduction: Although women have managed to enter the formal and paid job market, it does not balance the responsibilities assigned to the sexes, on the contrary, it further reinforces the female disadvantages, in which there is no possible replacement of activities, but an overload of other activities. assignments to be fulfilled in order to seek financial independence. In this way, we can ask: how could there be equality of rights and financial equality between genders, if there is an evident discrepancy in the way men and women use time? **Objective:** To analyze the Brazilian scientific production on women's unpaid work, considering gender relations and associated factors. **Methodology:** The present study refers to a literature review, with a qualitative basis, in which a bibliographic survey was carried out on the subject. The search for the material was carried out by articles available in the following databases: SciELO and BVS-Psi Brasil (Virtual Health Library - Psicologia Brasil). **Final considerations:** The study showed the gender counterpoints present in paid and unpaid work, where there is a greater female participation in reproductive work, mostly associated with concomitant participation in productive work, ratifying the burden of women and the negative consequences for women. themselves in their daily lives.

Keywords: Productive and Reproductive Work. Housework. Sexual Division of Labor.

LISTAS

Quadro 1: Descrição de dados dos estudos segundo autor(a), base de dados, ano de publicação e idioma.

Quadro 2: Características dos artigos estudados segundo título, tipo de estudo, objetivo e resultados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 REVISÃO DE LITERATURA	13
3.1 FEMINISMO, LUTA POR CONDIÇÕES DE TRABALHO DIGNAS E O TRABALHO NÃO REMUNERADO	13
3.2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	14
3.3 COMO O TRABALHO NÃO REMUNERADO SUSTENTOU POR SÉCULOS O PATRIARCADO.....	16
4 METODOLOGIA	18
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Toda a história e cultura geral, especialmente dentro de sociedades capitalistas, sempre atribuiu à mulher a responsabilidade pelos cuidados domésticos e familiares; atribuições reafirmadas até hoje em discussões sociais, grande parte pela naturalização do cuidado e amor feminino (SOUSA; GUEDES, 2016). Ainda que as mulheres tenham conseguido ingressar no mercado de trabalho formal, não equilibra as responsabilidades atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça ainda mais as desvantagens femininas, nas quais não há uma possível substituição de atividades, mas uma sobrecarga de outras atribuições a serem cumpridas, a fim de buscar independência financeira.

O trabalho doméstico, predominantemente realizado por mulheres, sempre foi considerado como inatividade econômica, equiparando-se com as condições de estudantes, aposentados ou aos demais sujeitos que vivem de renda de provedores externos, permanecendo assim na invisibilidade de dados estatísticos oficiais, e não remuneração deste trabalho (BRUSCHINI, 2006). Assim a presente pesquisa ao considerar as atividades domésticas e cuidados relacionados ao lar e com os filhos, utilizará os termos atividade ou trabalho não remunerado, tendo como base a autora Federeci (2019).

De acordo com dados comparativos entre as horas semanais de afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas entre mulheres e homens com 14 anos ou mais de idade, constatou-se que, em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens (IBGE, 2019). É importante ressaltar que somente em 2013 no Brasil, foi aprovada a PEC 72/2013 (BRASIL, 2013), que ficou conhecida como “PEC das domésticas”, que assegurou a garantia de direitos básicos conquistados há décadas por outras profissões, reforçando ainda mais as desigualdades de gênero e trabalho, uma vez que esta profissão é composta majoritariamente de mulheres.

Com base nas constantes transformações no mercado de trabalho formal, e as evidentes desigualdades de gênero nos setores socioeconômicos, fazem-se necessários novos estudos e reflexões acerca desta temática e como ela afeta a vida das mulheres nos mais diversos âmbitos sociais, principalmente nos últimos dois anos, com os impactos causados pela pandemia da Covid-19, podendo contribuir em áreas de estudo mais amplas como a Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento e/ou Psicologia da Saúde.

O presente estudo propõe analisar a produção científica brasileira acerca do trabalho não remunerado das mulheres, considerando as relações de gênero e fatores associados, e para isto comparar as relações de gênero e como estas se apresentam no trabalho remunerado e não remunerado, discutir sobre a sobrecarga do trabalho feminino na sociedade, e identificar os possíveis impactos destas formas de trabalho na saúde mental das mulheres. Os autores BRUSCHINI (2006), SOUSA; GUEDES (2016), HIRATA (2010), ROCHA (2018); PINTO (2018), já desenvolveram pesquisas acerca das relações de gênero, trabalho não remunerado e outras questões relacionadas com os fatores citados anteriormente. Desta forma, questiona-se como poderia haver equidade de direitos e igualdade financeira entre os gêneros, se há uma evidente discrepância na forma de uso do tempo para homens e mulheres.

Acredita-se que a maior incidência da entrada de mulheres no mercado de trabalho remunerado, e paralelamente a isso não haver uma redução considerável nas formas de trabalho não remunerado realizado pelas mesmas, sugere uma sobrecarga feminina e novas cobranças sociais, visto que além de prestarem serviços socialmente entendidos como femininos, como educar crianças, cuidar de idosos e incapazes e realizar serviços domésticos, por exemplo, passam a ingressar no mundo econômico/político e desenvolver também a responsabilidade de provisão financeira da família.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a produção científica brasileira acerca do trabalho não remunerado das mulheres, considerando as relações de gênero, fatores associados e implicações na saúde mental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Comparar as relações de gênero e como estas se apresentam no trabalho remunerado e não remunerado;
- Discutir sobre a sobrecarga do trabalho feminino na sociedade;
- Identificar os possíveis impactos do trabalho na saúde mental das mulheres.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 FEMINISMO, LUTA POR CONDIÇÕES DE TRABALHO DIGNAS E O TRABALHO NÃO REMUNERADO

Desde os primórdios da sociedade há evidências de que as mulheres sempre trabalharam, suas atribuições eram reservadas a esfera reprodutiva e privada, de cuidados do lar e da família, enquanto aos homens, ficavam os atributos públicos, de provedores (SOUSA; GUEDES, 2016). Com a motivação da revolução industrial, o acelerado desenvolvimento tecnológico, e a rapidez no processo de globalização abriu-se espaço para as mulheres adentrarem ao mercado de trabalho formal, devido à grande demanda de consumo, trabalhos ofertados de forma precária, muito instável e com baixíssima remuneração, cenário muito favorável para o capitalismo explorar este trabalho feminino, se aproveitando até a atualidade dessa mão de obra subvalorizada (HIRATA, 2005).

É inegável que hoje as mulheres ocupam cargos que anteriormente eram exercidos somente por homens, e embora este cenário tenha se transformado com o passar das décadas, ainda existe uma enorme discrepância entre as funções delimitadas à homens e mulheres, tempo de trabalho, média salarial e benefícios assegurados pelo Estado (FRANCISCANI, 2019). O trabalho feminino ainda é visto como atividade secundária, onde o primeiro plano continua sendo a família e as atividades domésticas, fazendo com que as mulheres acabem na maioria das vezes exercendo uma rotina dupla de trabalho (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, R.C., 2013).

Independentemente de suas classes socioeconômica, as mulheres convivem com pequenas lutas diárias, que por ser tão costumeira, a rotina acaba banalizando e naturalizando esta luta, antes era bem mais comum referir-se ao feminino como “sexo frágil”, hoje, as mulheres escutam da sociedade adjetivos como forte, guerreira, batalhadora, palavras usando eufemismos para mascarar o cenário de desigualdade que a mulher ainda está inserida, é tamanha a banalidade da luta, que muitas mulheres não conseguem perceber todas essas questões e acabam discordando da necessidade de mudança deste cenário (FELGUEIRAS, ACL, 2017).

O movimento sufragista no Brasil, surgido do final do século XIX, lutava pelo sufrágio, pelo direito ao voto, e as mulheres que lutavam por este direito ficaram conhecidas como sufragistas. Este período ficou configurado como a chamada Primeira Onda Feminista, até então não se buscava a plena igualdade da mulher na sociedade, levou mais de um século para que o

movimento feminista questionasse outros padrões sociais, como os de divisão sexual no trabalho. Após a conquista do direito ao voto feminino, algumas questões sobre igualdade de gênero serão retomadas pela crescente conscientização de que a vida doméstica (particular), e a vida não-doméstica (pública) não poderiam ser vistas isoladamente, nesta fase, a luta se amplia em busca da real participação social/política das mulheres da sociedade (FELGUEIRAS, ACL, 2017).

As menores remunerações e maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à desqualificação educacional, já que as mulheres são a maioria nas universidades brasileiras. Segundo notas estatísticas do INEP (2019), as mulheres possuem uma taxa de conclusão do ensino superior maior que a dos homens: 43% contra 35%, é possível aferir também, que as pessoas do sexo feminino têm uma taxa menor de desistência do seu curso de ingresso. Ainda assim a ocupação de cargos públicos e de chefia são majoritariamente de homens, e os salários também não fazem jus ao grau de escolaridade, já que mulheres com o mesmo grau de instrução que homens, ganham menos e a chance de serem contratadas também é menor.

3.2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Com o avanço tecnológico e os crescentes efeitos da globalização, o mercado de trabalho nos anos noventa foi consolidado de maneira bastante contraditória, afetando desigualmente o trabalho para homens e mulheres. A autora Hirata (2007) traça um paralelo entre globalização e divisão sexual do trabalho, sendo esta última, um dos paradoxos da globalização, já que as condições de trabalho ofertadas as mulheres era precário e acompanhado de vulnerabilidades crescentes, assim o processo de globalização representou novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres, levando em consideração que a divisão e execução do trabalho doméstico não sofreram muitas mudanças, e as mulheres poderiam ser feitas facilmente de “cobaias” experimentais por serem mais vulneráveis as questões sociais e por não haver apoio legislativo suficiente.

A divisão sexual do trabalho, conforme evidencia seu amplo contexto histórico, fundamenta-se na ideia de divisão do trabalho em decorrência das relações sociais de sexo, adaptando-se ao período histórico e ao contexto social em que é empregado, caracteriza-se principalmente como a destinação da esfera produtiva aos homens, e da esfera reprodutiva às mulheres, onde somente a primeira tem valor social reconhecido, estes argumentos seguem uma lógica naturalista, em que essas divisões correspondem às especificidades do sexo biológico,

reduzindo as práticas sociais ao mero destino natural dos sexos, o masculino como capaz para o serviço público, e a mulher como instintiva ao serviço privado (KERGOAT, 2003).

O enfraquecimento das divisões entre o espaço produtivo (associado aos homens) e o reprodutivo (associado às mulheres), vem a curtos passos contribuindo com a possibilidade de as mulheres adentrarem ao mundo produtivo, mas não aproxima os homens ao mundo doméstico. Ainda que atualmente haja novas possibilidades de trabalho, e o adensamento de mulheres nos espaços públicos, não ocorre a devida revisão dos limites das responsabilidades femininas no espaço privado/reprodutivo; deste modo, a esfera de perpetuação e cuidado da família, em grande escala continua sob a responsabilidade das mulheres. Ainda que as atribuições sociais tenham sido em partes redefinidas, as concepções socioculturais permanecem as mesmas, consolidando ainda mais as divisões sexuais do trabalho remunerado e não remunerado (SOUSA; GUEDES, 2016).

A variável ‘tempo’ também é um importante fator a ser estudado quando abordamos esta temática, visto que o tempo econômico masculino no geral é sempre maior que o feminino, logo, o tempo reprodutivo feminino é maior que o masculino, a maior parte do tempo dos homens são gastos em atividades públicas e remuneradas, enquanto as mulheres gastam uma expressiva parte do seu tempo destinado a atividades privadas e não remuneradas, além de muitas vezes ser denominadas como invisíveis e/ou sem valor (BRUSCHINI, 2006).

Segundo Veiga (2019), existe três teorias que buscam explicar como se configura a divisão sexual do trabalho, a primeira propõe que dentro de uma relação afetiva, o indivíduo com a maior renda financeira desempenhará menor papel doméstico; a segunda é que as pessoas irão desempenhar os papéis sociais que culturalmente foram designados a elas, ou seja, seguem os padrões naturalizados de que a mulher sempre será a mais apta a desempenhar os papéis de cuidado; e a terceira é de que as pessoas que utilizam mais tempo com trabalhos remunerados serão conseqüentemente as que gastarão menos tempo com atividades não remuneradas.

É importante analisar também como as desigualdades sociais afetam toda essa conjuntura, visto que na atualidade, as mães solas que estão na linha da pobreza, acabam desempenhando vários papéis, com jornadas duplas ou triplas de trabalho, e que a maioria do tempo gasto com as atividades de cuidados com os filhos e o lar não são remuneradas, contexto bastante estressor e de sobrecarga para essas mães que em muitos casos foram negligenciadas por seus ex-companheiros e continuam a ser pelo Estado.

Em países como o Brasil, o cenário de divisão sexual do trabalho é agravado pela precariedade das políticas públicas voltadas para assistência ao trabalho não remunerado,

ampliando ainda mais as desigualdades de gênero, e concomitante a isso, o crescimento da pobreza feminina, reforçando ainda mais os estereótipos de gênero (VEIGA, 2019).

Partindo destas análises, podemos entender as implicações que a reivindicação por remuneração do trabalho doméstico causa, já que assim significaria se opor a premissa de que este trabalho corresponde a natureza da mulher, e então, desconstruir o papel social que se perpetuou culturalmente por séculos, e financiou toda a indústria e expansão comercial consolidada pelo capitalismo (FERERICI, 2019).

3.3 COMO O TRABALHO NÃO REMUNERADO SUSTENTOU POR SÉCULOS O PATRIARCADO

Para Veiga (2019), além das mulheres terem a renda financeira menor que a dos homens, com relação ao tempo, elas precisam trabalhar em média 60% de horas a mais para equiparar o mesmo nível de renda masculina. A organização e distribuição do uso do tempo para realização de atividades remuneradas sugere a necessidade de abrir mão do tempo para desempenhar as atividades não remuneradas, como os cuidados com o lar. Essa alocação de tempo também é influenciada pela divisão sexual, sendo mais comum o homem estar mais disponível ao trabalho formal, e a mulher para a família (SOUSA; GUEDES, 2016).

Pela perspectiva histórica, essa alocação de tempo diário e distintos com os sexos, sugere que por muitas décadas o trabalho doméstico realizado pelas mulheres dentro de suas próprias casas deu suporte para que homens conseguissem iniciar ou manter sua independência financeira, garantir seus empregos formais e sustentar possibilidades de alavancar suas carreiras e/ou assegurar seus cargos de chefia (FERERICI, 2019).

Atualmente, muito se é discutido sobre os papéis femininos e a estrutura patriarcal enraizada em nossa sociedade, mas para compreender melhor esses processos socioculturais, precisamos olhar sob essas perspectivas de trabalhos tidos como invisíveis, não valorizados, mas que até hoje sustentam o sistema patriarcal que mantém a hierarquia da sociedade.

Lerner (2020) sugere que acadêmicos com uma mínima criticidade sobre o assunto enxergam a necessidade de mudança social e questionam os padrões que consolidam a submissão feminina, e argumentam que pelo o fato do sistema patriarcal ter sua origem histórica que sustente sua dominação, também pode ser extinto em situações históricas diferentes, necessitando, por exemplo, de romper paradigmas históricos como os argumentos religiosos, que em maioria embasam o discurso de submissão da mulher ao homem porque assim é vontade e indicação de Deus.

Na antiguidade, em sociedades de caçadores-coletores, haviam alegações de que o homem tinha excelência em prestar serviços em caça e guerra, mas é importante mencionar que sob alegações antropológicas, a coleta e caça de pequenos animais para sobrevivência eram executadas por mulheres e crianças, bem como outras contribuições femininas que refutam essa teoria de homem-caçador e/ou único sujeito hábil para a atividade de provedor, como contribuições exclusivamente femininas na invenção de cestaria e de olaria, até o conhecimento e desenvolvimento da horticultura, este mito homem-caçador exemplifica claramente mais uma criação social para servir de manutenção e consolidação do patriarcado (LERNER, 2020).

Os movimentos feministas ainda encontram imensas dificuldades para contornar essa ótica mercadológica com estruturas patriarcais na sociedade, e seus impactos influenciam não só na entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, como na dependência e pobreza financeira que assola a maioria delas, estas se mantêm refém da estrutura social, com baixas ou quase nenhuma possibilidade de novas condições, visto que muitas são as únicas responsáveis pelo cuidado com os filhos, familiares em más condições de saúde e cuidados domésticos da casa onde vivem, sem tempo hábil e/ou renda financeira para estudar ou trabalhar de forma remunerada, ambiente muito propício para sofrerem vários tipos de violência, principalmente a psicológica, visto que a maioria dos companheiros chantageiam suas cônjuges por deter do poder aquisitivo da família, e consideram natural o serviço doméstico ser exclusivamente feminino.

4 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura de base qualitativa, descritiva, realizado através de uma análise literária da produção brasileira acerca do trabalho não remunerado das mulheres, considerando as relações de gênero e outros fatores associados.

A revisão de literatura reconhece a produção intelectual de outros autores anteriores, evidenciando conhecimentos já estabelecidos sobre o assunto e abrindo espaço para novas pesquisas sobre o campo, concedendo à produção uma voz de autoridade intelectual sobre a temática da pesquisa. É preciso também mediar um diálogo entre os autores, visto que as discussões levantadas por eles têm coerência e relevância para o trabalho por seguir os critérios de inclusão (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A pesquisa de cunho qualitativo possibilita uma melhor compreensão e interpretação dos fenômenos sociais, esta abordagem caracteriza-se pelo aspecto interpretativo (GONSALVES, 2003). O caráter descritivo da pesquisa se baseia através do registro e descrição dos fatos observados sem interferir neles, descrevendo as características relevantes do fenômeno estudado, assumindo, geralmente, a forma de levantamento científico (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A pesquisa ocorreu no período de fevereiro a maio de 2022, e foram selecionados artigos pertinentes à temática da pesquisa, com base nos seguintes critérios de inclusão: ter sido publicado nos últimos cinco anos, em língua portuguesa, gratuito, e que tenha em seu conteúdo estudos relevantes que expliquem historicamente as causas e desdobramentos das divisões sexuais de trabalho, e suas implicações nos dias atuais. Foram utilizados como critérios de exclusão: monografias, dissertações, teses, livros, revisões de literatura, e artigos que não tivessem relação com a temática do estudo.

O levantamento bibliográfico foi realizado por artigos disponíveis nas seguintes bases de dados: SciELO e BVS-Psi Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil). Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “Trabalho Produtivo e Reprodutivo”, “Trabalho Doméstico” e “Divisão Sexual de Trabalho”.

A seleção dos estudos foi feita nas seguintes fases: inserção dos critérios de inclusão e exclusão; análise dos títulos; leitura dos resumos; leitura completa dos artigos na íntegra; extração dos dados; e por último, análise e interpretação dos dados extraídos. Os dados foram analisados e interpretados com o auxílio de quadros feitas pelo Microsoft Word, extraindo dos artigos: título, autores, ano de publicação, objetivo de estudo, metodologia e resultados; e posteriormente, foram elaborados quadros que descreveram os principais pontos dos estudos selecionados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento do estudo foi realizado nas bases de dados SciELO e BVS-Psi Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil). Após a inserção dos descritores, no primeiro contato foram encontrados no total 142 artigos, e destes, foram selecionados apenas 3 para análise completa de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 01: Descrição de dados dos estudos segundo autor(a), base de dados, ano de publicação e idioma.

Nº	Autores	Base de dados	Ano de publicação	Idioma
01	COUTINHO, Maria Chalfin; MADERS, Tielly Rosado; TRINDADE, Camila; SAVANHAGO, Liandra	BVS-Psi	2018	Português
02	MONTICELLI, Thays	SciELO	2021	Português
03	HIRATA, HELENA	SciELO	2020	Português

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O quadro 01 apresenta os autores, a base de dados, o ano de publicação e o idioma de cada um dos três artigos selecionados para revisão. Todos atenderam satisfatoriamente aos critérios de inclusão e exclusão; estão publicados entre os anos de 2018 à 2021 na língua portuguesa.

Quadro 02: Características dos artigos estudados segundo título, tipo de estudo, objetivo e resultados.

Nº	Título	Tipo de estudo	Objetivo	Resultados
01	“Acho que homem... não é para ele essa profissão”: contrapontos de gênero no trabalho doméstico.	Pesquisa de Campo	Evidenciar contrapontos de gênero presentes no cotidiano do trabalho doméstico remunerado e não remunerado.	Foi identificada neste estudo a diferença nas falas das mulheres diaristas e do homem diarista com relação aos seus empregadores, as mulheres se referiam como “patrão/patroa”, enquanto o homem se referia como “cliente”; revelando as relações de poder estabelecidas no cotidiano de trabalho, onde a mulher acaba assumindo um lugar hierárquico inferior. Além disso, também se evidenciou que na realização do trabalho doméstico não remunerado, exercido por eles em suas próprias residências, as mulheres precisaram se desdobrar para cumprir as funções mais do que o homem, sem qualquer reconhecimento, evidenciando a clássica atribuição do trabalho doméstico às mulheres.
02	Divisão sexual do trabalho,	Pesquisa de Campo	Analisar as dinâmicas que as mulheres estabeleceram	Com a análise das entrevistas, se evidenciou que este novo formato de

	classe e pandemia: novas percepções?		cotidianamente durante o período de isolamento social na pandemia da Covid-19, e suas tentativas de conciliação entre as tarefas domésticas, os cuidados e as demandas de seus postos de trabalho, sem o amparo das tradicionais redes de apoio: creches e escolas.	convivência intrafamiliar extrema e obrigatória, trouxe mais sobrecarga e desigualdade para essas mulheres, influenciando diretamente em seus postos de trabalho, além dos desgastes causados por uma rotina interposta e intermitente entre trabalho reprodutivo e produtivo.
03	Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão.	Pesquisa de Campo	Apresentar as comparações dos principais pontos de convergência e divergência no trabalho de cuidadoras/es de idosos no Brasil, França e Japão, apresentando as formas de organização e realização do trabalho, levando em consideração a divisão sexual do trabalho de cuidado e a centralidade do trabalho das mulheres.	Foi evidenciado que o trabalho de cuidado nos três países é pouco valorizado, com salários relativamente baixos e pouco reconhecido socialmente; buscando encontrar sua explicação no desenvolvimento tradicional desta atividade, que é feita gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O quadro 02 apresenta os títulos, tipo de estudo, objetivo e resultados de cada um dos três artigos selecionados para revisão. Todos eles se caracterizam como pesquisa de campo, e correlacionam-se entre si com os resultados, visto que em todos os artigos foi identificado uma sobrecarga feminina relacionada ao trabalho doméstico não remunerado, a falta de reconhecimento e desvalorização desta atividade considerada tradicionalmente feminina.

Coutinho et al (2018), trouxeram em sua análise de campo, evidências que, além do trabalho doméstico remunerado, as trabalhadoras entrevistadas também eram responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado em suas residências. As autoras também contemplaram os aspectos sócio-históricos que colaboraram para as divisões sexuais de trabalho, e a desvalorização do trabalho feminino.

Em concordância com Coutinho et al (2018), Leone (2015) mostra que o percentual de emprego assalariado é ocupado com 64,3% de homens, e 69,2% de mulheres, aproximadamente

5 pontos percentuais em favor das mulheres, mas levando em consideração que a porcentagem feminina é maior em decorrência da grande ocupação em trabalhos domésticos, que equivalem a 17% da ocupação total das mulheres, se o emprego doméstico não fosse contabilizado na ocupação total, a porcentagem de emprego assalariado cairia para 58,1% para mulheres, e 63,4% para homens, aproximadamente 5 pontos percentuais de diferença, mas desta vez, em favor dos homens; evidenciando a divisão sexual de trabalho e a relevância que o trabalho doméstico tem para a empregabilidade de mulheres.

Ainda em concordância com Coutinho et al (2018), a apropriação do tempo de trabalho remunerado e não remunerado é elemento central de pesquisa para explicitar a sobrecarga de trabalho feminino, visto que o trabalho doméstico analisado historicamente sempre foi de responsabilidade das mulheres, de todas as classes, apesar de que há uma desigualdade social também na forma de enfrentar essa relação, visto que mulheres com maior poder aquisitivo podem dividir o número de jornadas com uma profissional de trabalho doméstico, enquanto que as mulheres menos favorecidas, acabam por cumprir todas essas atividades sozinha, muitas vezes até sem o auxílio dos conjugues nas responsabilidades com os filhos; de ambas as formas, a responsabilidade para com estas obrigações estão socialmente relacionadas com atividades femininas (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

Monticelli (2021) analisou em sua pesquisa como a vida das mulheres se transformou no período de isolamento social, e como elas estavam sobrecarregadas, visto que participaram mais ativamente ou totalmente na responsabilidade pelos afazeres domésticos de suas residências; vale ressaltar que o perfil socioeconômico das participantes deste estudo é de classe média e classe média alta brasileira, ou seja, antes desse período de isolamento elas tinham auxílio quase que total de serviços de trabalhadoras domésticas; e todas relataram que tiveram muitas dificuldades no compartilhamento das atividades domésticas com seus cônjuges.

Ratificando as análises de Monticelli (2021), Galvão (2020) fomenta em seu estudo que ainda que as mulheres estejam empregadas a serviços formais e produtivos, fora do ambiente doméstico, precisam se desdobrar para exercer os papéis de cuidadora de crianças e/ou idosos, além de realizar quase que totalmente os serviços de esfera doméstica, isso quer

dizer que as mais diversas atividades dentro do seio familiar são realizadas pelas mesmas mulheres que também tem vínculo empregatício com instituições externas; é importante atentar que para conseguir realizar todas essas funções, as mulheres se sobrecarregam de atividades, e esta sobrecarga é naturalizada por construtos sociais patriarcais.

Hirata (2020) comparou neste estudo os pontos de convergência e divergência no trabalho de cuidado de idosos no Brasil, França e Japão, com ênfase na divisão sexual de trabalho nestes países. Uma das diferenças constatadas foi que na França a proporção dos números de cuidadores de idosos era de cerca 1 homem para cada 10 mulheres, no Brasil este número era menor ainda, já no Japão quase 40% dos cuidadores nos 3 estabelecimentos que fizeram parte da pesquisa, eram do sexo masculino, uma das explicações dessa discrepância é o emprego de políticas públicas em face da onda de desemprego que aconteceu em decorrência de uma crise econômica no país, após o aumento de demissões na época, houve a necessidade de reorientação de carreira, principalmente para homens, não por via de interesse, mas como alternativa ao desemprego.

Corroborando com Hirata (2020), e segundo avaliações de dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, com relação ao trabalho doméstico, constatou-se que as mulheres permaneceram gastando muito mais tempo do seu dia para a realização de tarefas de esfera privada (reprodutiva), relacionadas com o ambiente domiciliar; enquanto os homens normalmente engajam-se em tarefas de esfera pública (produtiva), que envolvem atividades fora do domicílio (GARCIA; MARCONDES, 2022).

Paralelo aos estudos supracitados se evidencia um forte sofrimento correlato à sobrecarga feminina de trabalho remunerado e não remunerado, atrelado também à desvalorização e invisibilidade do trabalho, evidentes nos baixos salários, duplas jornadas, e opressões sociais envolvendo estereótipos de gênero, como os que definem a mulher como sinônimo de cuidado, acolhimento e amor incondicional. Os estereótipos e trabalhos socialmente associados aos homens sugerem que estes comumente tenham mais tempo hábil para realizar suas tarefas, e mais tempo “livre” para se dedicar a sua carreira e/ou ao seu próprio bem-estar (ANTLOGA et al, 2020).

Embora os autores acima enfatizem suas pesquisas com pontuações diferentes, ambos chegam a resultados semelhantes: a naturalização do papel feminino de cuidado; trabalho doméstico como atividade não remunerada e realizada majoritariamente por mulheres; comprovações da divisão sexual de trabalho e a sobrecarga de trabalho feminina em decorrência deste fator.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos estudos realizados neste trabalho, os autores evidenciaram os contrapontos de gêneros presentes no trabalho remunerado e não remunerado; as produções científicas apontam que há uma maior participação feminina nos trabalhos reprodutivos, associados em sua maioria a participação concomitante nos trabalhos produtivos, ratificando a sobrecarga das mulheres e as consequências negativas para as mesmas em seu cotidiano.

É fundamental que sejam levantados estudos e provocações como estas no ambiente acadêmico e científico, pois embora tenham acontecido transformações significativas em prol à igualdade de gênero no trabalho, os construtos sociais que fomentam que o papel de cuidado/reprodutivo são femininos ainda existem e são bastante significativos no cotidiano dessas mulheres.

Este estudo possibilitou uma compreensão mais ampla sobre as desigualdades de gênero no trabalho, mas necessita-se de estudos mais específicos que evidenciem melhor a sobrecarga feminina e suas implicações na saúde mental das mulheres, além de contribuir para áreas de estudo mais amplas como a psicologia social, do trabalho e de gênero.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 12 novembro 2021.
- ANTLOGA, Carla Sabrina et al. Trabalho feminino: uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p. 331-353, 2006.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.
- FELGUEIRAS, ACL. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, n. 6, p. 108-121, 2017.
- FRANCISCANI, Jane Stella. A mulher no mercado de trabalho e a luta pela valorização. **Acesso em**, v. 13, 2019.
- GALVÃO, Lize Borges. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, n. 1, 2020.
- GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.
- GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- HIRATA, Helena Sumiko. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, p. 139-156, 2002.
- HIRATA, Helena Sumiko. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 111-128, 2005.
- HIRATA, Helena Sumiko. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. "Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas." (2019).

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: **Coordenadoria Especial da Mulher**, p. 55-63, 2003.

LEONE, Eugenia Troncoso. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Livros**, p. 79-88, 2015.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2020.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos; LUZ, R. C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós**, v. 2, n. 2, p. 1-32, 2013.

ROCHA, Euda Kaliani Gomes Teixeira; PINTO, Francinaldo do Monte. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, p. 145-153, 2018.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

VEIGA, Roberta Mattos da. Desigualdades de gênero no trabalho doméstico não remunerado no Brasil: um estudo sobre o uso do tempo. 2019.